

## REPRESENTAÇÕES CULTURAIS DO ABORTO CLANDESTINO EM PORTUGAL: UMA ANÁLISE COMPARADA

Raquel Pedro<sup>1</sup>

**RESUMO:** Desde o início da ditadura (1933) e até à despenalização do aborto em Portugal (2007) várias mulheres produziram objetos culturais onde retratam a realidade dos abortos clandestinos. Estas obras são importantes para o panorama artístico nacional e internacional e despoletaram tanto repressão social e política como largos movimentos de solidariedade. Neste artigo faz-se uma análise comparada de um conjunto de peças que evidenciam a preocupação e a realidade das mulheres que faziam desmanches ilegais. Através de uma abordagem diacrônica, analisam-se representações literárias e artísticas que foram produzidas em épocas diferentes numa mesma cultura. Utiliza-se a metodologia da literatura e história de arte comparadas, aplicando o *close reading* e a teoria da iconologia e iconografia de Erwin Panofsky. Parte-se de *Novas cartas portuguesas* (Publicação conjunta de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho Costa, de 1972), passando por *Grades vivas* (Celeste Andrade, 1954) e *Ela é apenas mulher* (Maria Archer, 1944), focando depois na série *Aborto* (Paula Rego, 1997-2000). Começa por fazer uma introdução, contextualiza a condição da mulher em Portugal particularmente durante o Estado Novo. Analisa as representações culturais do aborto, aborda a perseguição social, política e censura sofrida pelas autoras. Finaliza com um debate sobre o tema do aborto nos dias de hoje, ameaças em ascensão do direito ao corpo e respetiva resistência cultural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aborto Clandestino; Feminismo; Literatura Comparada; Estudos Culturais; Representações Culturais.

### CULTURAL REPRESENTATIONS ABOUT CLANDESTINE ABORTION IN PORTUGAL: A COMPARATIVE ANALYSIS

**ABSTRACT:** Since the beginning of the dictatorship (1933) and until the decriminalization of abortion in Portugal (2007), several women have produced cultural objects in which they portray the reality of illegal abortions. They are relevant for the national and international artistic scene and triggered both social and political repression and broad solidarity movements. In this article, a comparative analysis is made of a set of pieces that show the concern and reality of women who were doing illegal abortions. Through a diachronic approach, literary and artistic representations that were produced at different times in the same culture are analyzed. The methodology of comparative literature and art history is used, applying the close reading and the theory of iconology and iconography by Erwin Panofsky. Starts with *Novas Cartas Portuguesas* (Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta and Maria Velho Costa, 1972), passing through *Grades Vivas* (Celeste Andrade, 1954), and *Ela é apenas mulher* (Maria Archer, 1944), focusing later in the *Aborto* series (Paula Rego, 1997-2000). We begin by making an introduction, contextualizing the condition of women in Portugal particularly during the Estado Novo, analyzing the cultural representations of abortion, addressing the social, political persecution and censorship suffered by the authors, ending with a debate on the topic of the abortion today, rising threats to the right to the body and respective cultural resistance.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Estudos comparatistas pela Faculdade de letras da Universidade de Lisboa. E-mail: raquelpedro@campus.ul.pt

**KEYWORDS:** Clandestine Abortion; Feminism; Comparative Literature; Cultural Studies; Cultural Representations.

Durante e após a ditadura portuguesa, diversas mulheres recorreram à produção crítica de jornalismo, de literatura e de outras artes para analisar a condição feminina na sociedade. Algumas, para denunciar a realidade vivida no nosso país quanto à realização de abortos clandestinos. Conhecemos Maria Lamas que foi pioneira com *As mulheres do meu país* (publicação em fascículos entre Maio de 1940 a Maio de 1950) onde descreveu a vida das que enfrentaram uma dupla jornada de trabalho, o doméstico e o assalariado. Historicamente, foram as mulheres trabalhadoras a recorrer a desmanches ilegais, cujas condições foram representadas em inúmeros objetos culturais. Este artigo apresenta e analisa um conjunto de obras que marcam a história da representação do aborto ilegal em Portugal, a partir de uma perspectiva feminina e feminista. O fio condutor é a obra *Novas Cartas Portuguesas* que dialoga não só com *As mulheres do meu país* como com *Grades Vivas* e *Ela é apenas mulher* no que se refere ao período ditatorial que Portugal atravessou, o Estado Novo (1933 - 1974). São colocados em diálogo com a série de quadros a óleo *Aborto*, de 1997/00 de Paula Rego e a reportagem *O Aborto não é um crime* realizada por Maria Antónia Palla, em 1976 e transmitida na RTP (Rádio e televisão Portugal). Os objetos culturais são analisados minuciosamente. Para a literatura utiliza-se a técnica do *close reading*, atentando-se em inúmeras citações. Por sua vez, a série pinturas a óleo da Paula Rego é abordada com base nas definições de iconografia e iconologia de Erwin Panofsky, desenvolvidas na sua obra *Meaning in visual arts* (PANOFSKY, 1955, pp.1-25), uma vez que são quadros efetuados num estilo realista (que representa o real). Assim, são seguidos os três passos necessários: a descrição (O que vemos?), a análise (Qual é a história?) e a interpretação (O que isso significa?). As obras são entendidas como sintoma da cultura ou, nestes casos, da contracultura ou resistência. É necessária uma breve contextualização da sua produção e do Portugal ao longo do tempo. São retiradas informações do estudo científico de Manuela Tavares, *Aborto e contraceção em Portugal* (2007) e *Feminismos em Portugal* (1947-2007) (2008). Depois, são apontadas uma série de perseguições sociais e políticas feitas às autoras e às suas obras, documentada historicamente, imprescindível para compreendermos o seu verdadeiro impacto. Este estudo segue a metodologia da literatura e da história de arte comparadas, inserindo-se na vasta área das ciências humanas que é o comparativismo. Parte de uma abordagem diacrônica que consiste em comparar obras produzidas no seio da mesma cultura, mas em épocas diferentes. A lente comum será a representação de uma mesma temática, a do aborto clandestino onde estão implícitos cinco aspetos: a intemporalidade do tema, a denúncia das condições em que os desmanches se realizavam, a desresponsabilização masculina, a crítica ao papel socialmente imposto às mulheres e a luta internacional pelo direito ao corpo, de acesso ao aborto legal, gratuito e seguro. Isto também significa que tanto à produção de cultura como à produção acadêmica se têm imposto a linha do pensamento científico hegemônico que é eurocêntrico e masculino (FEDERICI, 2004, pp.23-38). Mascaram-se

as produções sobre a farsa da “objetividade” e da “imparcialidade” para ignorar as estruturas de poder existentes (GROSFOGUEL, 2011, pp.341-355). O objetivo da investigação é demonstrar, através da análise do conjunto de estudos de casos referidos que esta produção cultural têm, simultaneamente, um valor de resistência e consciencialização social assim como mérito estético enquanto obras artísticas. A desconstrução do mito da objetividade e da imparcialidade também está implícita, pretendendo-se visibilizar o trabalho de várias mulheres que lutaram pela sua emancipação enquanto grupo, contra o autoritarismo e pela liberdade. Foram escolhidas produções que vão desde o tempo da ditadura salazarista até ao momento da despenalização do aborto em Portugal. Desta forma, conseguimos ter uma ideia geral da resistência cultural que se fazia e depois, com os dados históricos, do impacto que isso teve junto da população portuguesa. Assim, parte-se da situação vivida juridicamente pelas mulheres na ditadura, passa-se pela forma como os relatos verídicos de mulheres que abortam foram representados culturalmente, aborda-se a repressão que sofreram, mas também a solidariedade de que foram alvo. Termina-se no como está a temática no panorama internacional atualmente, quer na realidade quer no seu reflexo, as representações culturais.<sup>2</sup>

## As mulheres e o Estado Novo

A ditadura salazarista agravou o papel socialmente imposto à mulher com a formulação de leis e instituições específicas: “Obras da mão para a educação nacional” foi a primeira organização feminina estatal, fundada em 1936 que definiu as obrigações da mulher como mãe e quanto à educação dos filhos, voltada para a assimilação das tradições. O projeto do estado para a mulher foi aprimorado ao longo dos anos e em 1943 nasceu o Instituto da maternidade que:

Além da prestação do parto ao domicílio e da luta contra a mortalidade infantil, também se propôs combater o aborto (...) por Maria Luísa Van Zeller, que aí apelou a uma maior repressão da sua prática, a qual deveria ser considerada um caso de polícia «de costumes» (PIMENTEL, 1999, p. 503).

A grande maioria das cronologias sobre a história do aborto em Portugal só começa depois da revolução do 25 de Abril de 1974<sup>3</sup>. No entanto devemos ter em conta que:

A falta de entrelaçamento das questões democráticas e de classe com as de gênero foi uma das causas da diluição do feminismo no antifascismo. Apesar das transformações democráticas do país após Abril de 1974 e da grande participação das mulheres, a palavra — feminismo permaneceu

<sup>2</sup> Vale notar que está escrito em português europeu, por ser essa a minha origem.

<sup>3</sup> 25 de Abril de 1974 foi o dia em que as forças armadas portuguesas efetuaram o golpe de estado que oficialmente conformava o fim da ditadura. Desde 1933 que se vivia no totalitarismo, primeiro dirigido por António de Oliveira Salazar e depois por Marcelo Caetano. O golpe deu origem ao PREC - Processo revolucionário em curso e o país transacionou para um regime democrático, a III República.

fora da linguagem política e a despenalização do aborto só conseguiu ser alcançada no novo milênio. (TAVARES, 2008, p. 5)

Ainda assim foram escritas obras literárias que representavam abortos clandestinos, cumprindo um papel de despertar da consciência social. Uma delas intitula-se *Novas Cartas Portuguesas*, uma das obras de excelência do feminismo português. Foram re-escritas por Maria Teresa Horta (1937), Maria Isabel Barreno (1939 - 2016) e Maria Velho da Costa (1938 - 2020) a partir de *Cartas Portuguesas*, publicadas em 1969, numa edição bilingue com tradução de Eugénio de Andrade (1923 - 2005). Este livro teria sido originalmente publicado em 1669 por Claude Barbin (1628 - 1698) e era constituído por cinco cartas de amor escritas pela freira enclausurada no convento de Beja, Mariana Alcoforado (1640 – 1723) e dirigidas ao cavaleiro Chamilly, oficial francês que participara das expedições francesas em Portugal aquando da consolidação da sua independência de Espanha. Por sua vez, a obra das três Marias é uma reconstrução feminista da história que se afirmou coletivamente a partir da não revelação de quem teria escrito que parte. Após várias tentativas, é Natália Correia (1923 - 1993), diretora literária da editora Estúdios Cor que publica a obra em 1972. Três dias depois da publicação, foi apreendida pela censura e instaurado um processo em tribunal que acusava as autoras de “atentado à moral público e difusão de conteúdos pornográficos”. Hoje em dia é um dos marcos na literatura portuguesa, não só pela sua temática arrojada como pelas inovações estéticas. Um livro de propostas e desafios, constituído por 120 textos que incluem cartas, poemas, relatórios, textos narrativos, ensaios e citações que resistem: “à catalogação, ao dismantelar das fronteiras entre os géneros narrativos, poético e epistolar, empurrando os limites até pontos de fusão.” (AMARAL, 2011, p.XXI). Nele, as autoras reconhecem não só as desigualdades econômicas transversais à sociedade (portanto, aos homens e às mulheres) como a dimensão da violência de gênero exercida contra as mulheres:

sobre a mulher veio cair, além de todas as angústias vivenciais e de todas as repressões sociais que são comuns ao homem e à mulher, sobre a mulher veio cair a angústia do seu destino biológico, feito drama seu e não mais experiência dramática da espécie, e veio cair a repressão de que esse seu destino biológico feito drama individual é instrumento. E passam os pares de namorados e sabemos-los irremediavelmente distantes, não há amor a dois que lhes valha, no amor a mulher está no extremo angustiante, repressivo e solitário destino que a sociedade lhe inventou. O que puderam Romeu e Julieta? (BARRENO; HORTA; COSTA, 2017, p. 205)

Neste excerto, podemos entender que as “angústias vivenciadas” e as “repressões sociais” que afetam tanto os homens e as mulheres são aquelas que os unem em torno de uma classe econômica comum, a trabalhadora. Além do mais, falam sobre o destino biológico de quem nasceu mulher, um destino traçado à nascença com origem nas características do seu corpo. Falam ainda do “extremo angustiante” onde a mulher se encontra no amor, aquela que sofre mais pressão com o “risco da maternidade”, que é obrigada a gerir a economia doméstica, a fazer as tarefas em casa e às vezes ainda a apanhar do marido. Terminam o parágrafo com uma intertextualidade

que referencia *Romeu e Julieta* de Shakespeare, confrontando-os e acusando as personagens do que terão despoletado.

## Abortos clandestinos: dos relatos às representações

Ainda que o ideal da condição feminina para o Portugal do antigamente fosse ficar em casa, muitas não o fizeram, sobretudo por razões económicas. *As mulheres do meu país* é escrito por Maria Lamas (1893 - 1983) e publicado em fascículos entre Maio de 1948 e Maio de 1950. Nele, é retratada a condição feminina da mulher trabalhadora e encontramos o exemplo das mães camponesas onde estava em causa o tipo de maternidade que se lhes exigia, discrepante do exequível:

O amor maternal não tem, entre as camponesas, aquela enternecida protecção que é comum nas mães de outros meios. As condições de vida levam a mãe aldeã ou serrana a desprender-se, aparentemente, dos filhos, à medida que eles vão crescendo, e às vezes ainda na infância. A necessidade que ela têm de trabalhar longe de casa e de fazer trabalhar os filhos, desde pequenos, fora da sua vista cria, nuns e noutros, um sentido especial de independência que amortalece a natural ternura. No fundo, a mãe camponesa ama os filhos, sempre, como sente, como sabe e como pode. Exigir-lhe as manifestações de carinho, os permanentes cuidados, aqueles mimos que outras mães, incomparavelmente mais felizes, dispensam aos filhos, é esquecer as condições da sua vida, tão desumanamente sobrecarregada de trabalho e tão privada de tudo o que poderia torná-la menos dura e amarga. (LAMAS, 2003, p.165)

Podemos apontar que este livro têm o formato de uma denúncia, extrapolável para a questão do aborto. Eram as mulheres trabalhadoras, as que menos recursos financeiros tinham, que mais se submetiam ao aborto sem condições. Como nos mostra Maria Antónia Palla num relato, a questão económica sempre foi fulcral:

Uma coisa que chocava muito, nessa altura, era a existência de dois preços para o aborto: com ou sem anestesia (...) eu sei, por experiência própria, o que isso custa (...) toda a situação de clandestinidade que marcava a ida à parteira, aquele maldito rádio, sempre alto, a cobrir os gemidos e os gritos das pessoas, era algo que me deixava um sentimento de humilhação terrível. (PALLA, em testemunho para TAVARES, 2003, pp.100-101)

Anteriormente, havia explicado: “as pessoas da oposição viviam com um grande stress, o receio de serem presas, de fazerem coisas que eram proibidas, entre as quais, o aborto” (Palla testemunho para Tavares, 2003, p.100).

Foi provavelmente com medo, mas também com curiosidade e força que as três Marias escreveram *Novas cartas portuguesas*, depois de já cada uma individualmente ter publicado livros que ousavam ser: “marcados profundamente por uma forte dimensão política, que tinham desafiado, de formas diversas, os papéis sociais e sexuais esperados

de mulheres” (AMARAL, 2011, p.XV). Maria Isabel Barreno já havia colaborado na edição *A condição da Mulher Portuguesa* (1968). Maria Teresa Horta havia publicado um livro de poemas, inteiramente ligado ao prazer feminino e à ligação da mulher com o corpo, *Minha senhora de mim* (1970). Por último, Maria Velho da Costa já tinha publicado *Maina Mendes* (1969).

Por sua vez, Paula Rego (1935) cresceu no seio de uma família da alta burguesia, que prezava por valores liberais e republicanos. Desde pequena que nos colégios lhe foi identificado o talento para a pintura, algo que lhe permitiu ir estudar para Londres, longe da ditadura portuguesa. Ingressou na Slade School of Art, onde estudou Pintura até 1956. Lá, fez vários abortos, algo que em Portugal afirma que nunca teria sido possível:

porque não podia ir a lado nenhum sozinha. Mas em Londres fiz vários abortos, porque os homens não se preocupavam. Ia-se a um médico do *Soho* que resolvia o assunto. Não me atrevera a regressar a casa com um bebê. A minha mãe matava-me. (REGO em entrevista a CANELAS, 2017)

Mais tarde, acabou por regressar a Portugal grávida, onde viveu algum tempo na Ericeira, lugar perto do mar onde a família tinha casa. Lá, contactava com a realidade das mulheres dos pescadores ou de outras mulheres pobres que precisavam de fazer abortos clandestinos. Algumas delas até lhe pediam dinheiro para poderem fazer os desmanches. A sua produção artística reflete convicções sociais e políticas, parte da sua experiência e têm uma forte dimensão autobiográfica. A figura feminina é central nas suas pinturas e a mulher assume, progressivamente, o papel principal da sua obra. O seu filho, Nick, sentiu necessidade de fazer um documentário sobre a mãe-artista e afirma “felizmente consegui convencê-la a desvendar as verdadeiras histórias por detrás das suas pinturas.” (WILLING em entrevista a VIEIRA, 2017).

*Aborto* é uma série de oito pinturas a pastéis de óleo coloridas e de oito gravuras em água-forte a preto e branco. Foram pintadas entre 1997 e 2000 porque o tema estava em destaque na agenda política de Portugal. Em 1997 a Assembleia da república havia feito uma alteração à lei de 1984, alargando o prazo para interromper a gravidez nos casos de malformação fetal ou violação. Mais tarde, em 1998 decidiu fazer-se um referendo nacional, onde acabaram por ir votar apenas 31% do eleitorado, do qual 51% votou contra a despenalização do aborto. Este resultado só viria a ser alterado em 2007, com os novos resultados de um segundo referendo. As gravuras de pequena dimensão, de transporte fácil, permitiam a circulação em exposição pelo país, mostrando à população como aconteciam os abortos na condição de clandestinidade: “foram assim transformadas numa espécie de instrumentos de propaganda, manifestos de defesa da despenalização do aborto, contra a hipocrisia, a injustiça e a tragédia evitáveis.” (NEVES, 2010). Nenhum dos trabalhos tem título, ainda que esta opção seja maioritariamente tomada por artistas cuja obra não é figurativa. Em todas as imagens as mulheres aparecem sozinhas e em posições de resistência, com enormes contrastes entre luz/cor, especialmente na pele. Todos os cenários são sóbrios, brutos e austeros contendo pouquíssimos utensílios/decorações que são, algumas vezes, repetidas. Mesmo mais de vinte anos depois da publicação de *Novas cartas portuguesas* continuava a ser atual falar-

se da realidade dos abortos clandestinos. Aliás, podemos apontar a intemporalidade como a primeira dimensão desta temática que está presente tanto na obra das “três Marias” como nos quadros de Paula Rego.

As escritoras compararam “o tempo de Mariana Alcoforado” ao seu tempo, concluindo que pouca coisa mudou:

Qual a mudança, na vida das mulheres, ao longo dos séculos? No tempo de tia Mariana as mulheres bordavam ou teciam ou fiavam ou cozinhavam, sujeitavam-se aos direitos de seus maridos, engravidavam, tinham abortos ou faziam-nos, tinham filhos, nados-mortos, nados-vivos, tratavam dos filhos, morriam de parto às vezes em suas casas. (BARRENO; HORTA; COSTA, 2017, p. 140)

Apresenta-se em forma de comparação entre o tempo em que vivia Mariana Alcoforado e o tempo das próprias autoras:

O que mudou na vida das mulheres? Já não tecem, já não fiam, talvez, porque se desenvolveram a indústria e o comércio; as mulheres bordam, cozinham, sujeitam-se aos direitos de seus maridos, engravidam, têm abortos ou fazem-nos, têm filhos, nados-mortos, nados-vivos, tratam dos filhos, morrem de parto, às vezes.” (BARRENO; HORTA; COSTA, 2017, p.140)

O que podemos concluir é que apenas sucedeu uma modernização dos meios de opressão das mulheres (AMARAL, 2017, p. 365). Também é o que vemos num dos pastéis de óleo de Paula Rego, *Sem título nº4*. Nele é retratada a passagem do tempo, passagem que não se vê refletida nas leis portuguesas. A rapariga, como todas as mulheres da série *Aborto* fez um aborto ilegal. Vemo-la numa posição serena nem por isso deixa de nos transmitir tensão que se vê na mão a apertar o sofá e na expressão facial. Aquele que seria um uniforme colegial, tradicional das escolas salazaristas contrasta com os tênis da *Nike* que calçava. É esse detalhe que nos mostra como Portugal já não atravessava uma ditadura por ser permitida a venda de produtos transnacionais. Assim, compreendemos que algo está desajustado neste cenário, o que pode ser uma metáfora para o estatuto ilegal do aborto num momento onde a terceira república portuguesa já estava bem estabelecida.

Entretanto, surge a denúncia das condições em que os abortos clandestinos eram feitos. Em *Novas cartas portuguesas* temos descrições detalhadas, chocantes e gráficas de abortos clandestinos:

E morreu, por fazer um aborto com um pé de salsa, morreu de septicemia, a mulher-a-dias que limpava o escritório onde trabalho, e soube depois, pela sua colega, que era o seu vigésimo terceiro aborto. E contou-me, há anos, uma amiga minha, médica, que no banco do hospital eram tratadas com desprezo as mulheres que entravam com os seus úteros furados, rotos, escangalhados por tentativas de abortos caseiros, com agulhas de tricot, paus, talos de couve, tudo o que de penetrante e contundente estivesse à mão, e que lhes eram feitas raspagens de útero a frio, sem anestesia, e com gosto sádico, “para elas aprenderem”. Aprenderem o

quê, com um raio?! Aprenderem que sobre elas cai, mascarada de fatalidade do destino, a contradição que a sociedade criou entre a fecundidade-exigida-do ventre da mulher e o lugar-negado-para as crianças? (BARRENO; HORTA; COSTA 2017, p.205).

Aqui, mostram-nos as reações dos médicos, que refletem a forma como a sociedade encarava o aborto. Nas pinturas de Paula Rego temos aquelas que mostram o ambiente caseiro onde seria já habitual fazerem-se desmanches, sobretudo pela presença de objetos específicos como marquesas. Em nenhuma das duas primeiras pinturas do tríptico a pastel de óleo *Sem título* a mulher encara o observador do quadro, o que nos pode remeter para a dificuldade de enfrentar a sociedade quando se faz um aborto. A posição da cara mostra a necessidade, maior ou menor de se esconder. O contraste entre a luz e a sombra que preenche a pele das mulheres contrasta com as grandes manchas em cores sólidas que preenchem os cenários estáticos e austeros. As posições dos corpos, contraídas, transmitem-nos a existência de “cólicas” e de “suores frios”. A diferença mais significativa que encontramos face às descrições literárias, principalmente as das três Marias é a de que nas pinturas não existe sangue. Uma opção tomada pela artista de acordo com os seus objetivos estéticos e simbólicos: “Não queria que tivessem sangue, porque isso torná-las-ia melodramáticas e resultaria contra a causa” (REGO em entrevista a TABORDA, 2019). A pintora tinha a noção da realidade dos acontecimentos que retratava e o objetivo não era deixar de lado a violência que é exercida contra as mulheres durante o processo abortivo. Os elementos derrubados/caídos em alguns dos trabalhos, como o relógio e o cadeirão são indicativos dessa violência. As palavras que profere transparecem os seus conhecimentos que são semelhantes aos descritos nas representações literárias: “Por vezes, morriam de septicemia. Ou lavavam-se na praia, as entranhas saídas, como vacas esventradas” (CORRÊA; RODRIGUES; p.8), afirma, relativamente aos contactos que teve na Ericeira.

Depois, temos o tópico da desresponsabilização masculina que, por sua vez, abre o precedente para se culpabilizar a mulher. Em *Novas cartas portuguesas*, a freira Mariana Alcoforado teria feito um aborto:

Em aventura de amor a dois, é a mulher que depõe e arrisca seu corpo e sua alma, que homem não engravida e está já feito aos jogos de libertinagem e do amor que se lhes permite. Que me disseste tu, cavaleiro, quando eu te disse estar grávida de ti? Que mulher importuna, pensaste, e disseste-me “deixai-vos de imaginações, senhora, que não é por elas que me prendeis”. De real para vós senhor, só essa fuga mística imaginada em meus olhos fundos e minha carne luarenta, e imaginação era minha carne viva, e nela consequência direta de nossos amores, e imaginação foram para vós todas as mezinhas preparadas por D. Brites, que eu ingeri, e minhas cólicas, e meus suores frios, e meus excrementos cheirando a podre, e meus desmaios, e finalmente esta onda de sangue sem fim, vindo do medo e da fraqueza e das noites de vigília e em tudo isso se prolongando sem fim, cavaleiro, que pensei então ser meu corpo todo que



se desfazia e esvaziava; jurei que vosso sangue pagaria o meu.  
(BARRENO; HORTA; COSTA, 2017, p.123)

É-nos apresentada a posição de privilégio que o homem têm no amor, posição do cavaleiro, mas onde qualquer homem pode estar. A condição masculina permite uma retirada da situação, acusando a mulher de estar a mentir e ainda de querer prender o homem, como fez o cavaleiro. As mulheres pintadas por Paula Rego aparecerem sempre sozinhas no momento do aborto é também um forte indicativo da ausência/abandono masculino. As obras explicitam como depois de uma gravidez consumada os homens deixam as mulheres desamparadas, culpando-as, desresponsabilizando-se e empurrando-as rápida e perigosamente para um aborto clandestino.

*Ela é apenas mulher* foi escrito por Maria Archer (1899 - 1982) em 1944, um ano antes da escritora aderir ao grupo de oposição salazarista, Movimento de unidade democrática. A obra trata de uma história complexa que inclui uma personagem que estaria possivelmente a ter um aborto, na sequência de uma gravidez indesejada. Esmeralda estava a trabalhar na casa de uma senhora, Juliana, que reagiu assim:

Ir à província buscar uma menina séria, e acontecer-lhe uma daquelas, fazer-lhe uma tal patifaria, ali, na sua casa, e ainda por cima poder ser tida por cúmplice! “Os pais que a aturem”. Vai direitinha para a terra assim que sair da cama: “Se escapar desta”, remói ela, e não sente a mínima compaixão, tamanha é sua revolta de burguesa virtuosa.  
(ARCHER, 1944, p.233)

Juliana refere-se ao estado em que Esmeralda se encontrava. Muitas mulheres ficavam de cama e levavam bastante tempo a recuperar de um aborto, quando não morriam, por tanto “se escapassem”. A sua narrativa atribui exclusivamente à Esmeralda a situação em que se encontra. Podemos constatar que esta era mesmo a mentalidade de várias camadas sociais em Portugal. Hoje em dia, têm sido uma pauta importante da agenda feminista internacional alterar a forma como nos comunicamos e já reconhecemos o impacto da linguagem e o poder da narrativa. O objetivo será erradicar todo o discurso que culpabiliza as mulheres pela sua situação, seja por terem de abortar, seja por outras situações onde ainda, de forma mais grave, lhes é atribuída culpa. Por exemplo, em casos de violação.

Nestas representações de abortos clandestinos está implícita uma crítica ao papel que é socialmente imposto às mulheres. Associar a reprodução, o cuidado e a maternidade ao feminino é também rejeitar toda e qualquer tomada de posição na direção contrária a essas tarefas, como fazer um aborto. São objetos culturais que demonstram com clareza que não concordam com as condições em que são feitos abortos ilegais, denunciando a hipocrisia social face ao tema e a violência patriarcal sofrida pelas mulheres. Quando Mariana Alcoforado diz: “sangue de aborto não é sangue vertido pelo rei, é sempre vertido contra vós todos” deixa transparecer a ideia social de que todos os abortos feitos por mulheres são atentados à dignidade do homem. São atentados porque a mulher tem o dever de assegurar a continuidade de uma linhagem e a criação dos descendentes. Nas últimas pinturas do tríptico bem como no quadro a pastel de óleo *Sem*

*título nº1* temos a continuação de uma linha estética com o pequeno grande pormenor que as distingue: as mulheres encaram o espetador de frente, olham-nos nos olhos: “olham diretamente para quem vê o quadro, desafiando e transferindo para o público a responsabilidade e culpa pelo que está a acontecer” (CORRÊA, 2016). Quem vê o quadro está a ser diretamente confrontado com a situação social vivida. Poder olhar nos olhos das mulheres representadas incute-lhe um papel no que se passa, atribui ao espetador uma dada agência. Assim, faz-se o observador pensar: sou passivo neste acontecimento? Não há nada que possa fazer para alterá-lo? Que papel pretendo desempenhar e em que lugar social estou? Quando condenamos socialmente o aborto estamos a culpar a mulher, fazendo despontar nelas próprias o sentimento de vergonha, como a própria artista diz: “na realidade as mulheres sentem vergonha” (REGO em entrevista a GASTÃO, 2008). O olhar provocativo com que a artista as representa deixa transparecer a sua posição que já não é mais submissa, mas sim a de terem a certeza que os próprios corpos lhes pertencem por direito: “o que Paula Rego transmite nestas pinturas é o sentido de determinação, de uma liberdade finalmente conquistada, ainda que a um custo tremendo” (CABRAL; RODRIGUES; p.10).

No fundo, a mensagem final que as obras nos traz é, no particular, que o aborto seja acessível e seguro a todas. No geral, a equidade entre homens e mulheres através da erradicação do patriarcado. Hoje em dia, essas são pautas cruciais dos movimentos feministas ao redor do mundo. Em nenhum momento foi esquecido que são as mulheres de classes econômicas baixas ou em posições mais vulneráveis que se viam obrigadas a submeter às condições de um aborto ilegal. Só o facto de serem trabalhadoras assalariadas já é um indicativo da sua condição, pois, sobretudo na ditadura, vivia-se numa altura que privilegiava a preservação da mulher doméstica, cuidadora do lar e dos filhos. Em *Novas cartas portuguesas* fala-se de “mulheres-a-dias”. Já Paula Rego não esquece que as mulheres que tinham dinheiro conseguiam sempre ir fazê-los ao estrangeiro, como explica no documentário do seu filho. (WILLING, 2017).

Não posso deixar de referir a obra *Grades Vivas*, publicadas também por Estúdios Cor em 1954. Apesar de não ter introduzido questões centrais para a teoria literária como *Novas Cartas Portuguesas*, aborda a violência exercida sobre as mulheres e têm sido, ao longo do tempo marginalizada e injustamente esquecida, talvez por ser a única obra de Celeste Andrade. A protagonista do livro, Isabel, tal como Mariana Alcoforado, faz um aborto, ainda que, a palavra “aborto” não esteja no texto. O leitor conhece os pensamentos e receios da personagem e consegue saber o que está a acontecer:

Transpus os poucos passos que me separavam da porta e parei ofegante, apesar de ter vindo a arrastar-me. “E se eu morrer?” - perguntei-me de novo, com angústia. Deixara passar o tempo, dois meses, talvez mais, sem me afoitar ir até ali. E as ancas iam-se-me arredondando, os seios doíam-me, pesados, cheios com balões. “E se eu morrer? E se tiverem passado mais de três meses?” Subi um lance a medo, sentindo os degraus rangerem-me sob os pés. Um cheiro a urina impregnava o ar. O coração martelava-me os ouvidos. (ANDRADE, 1954, p.284)

Também conhece os sintomas físicos:

E agora eu ali estava a desfazer-me aos poucos. D. Amélia, uma sombra fugidia, deixava-me o comer sobre a mesa de cabeceira, com o rosto fechado e duro, numa censura muda. Era um viver submerso em febres, entrecortadas de acalmias lúcidas. Para ali me deixavam horas esquecidas, inerte, com as mãos alongadas sobre a dobra do lençol, até que, ao anoitecer, D. Amélia vinha buscar o prato ainda cheio e trazer nova comida. (ANDRADE, 1954, p.285)

Ambas as protagonistas fizeram um aborto clandestino, durante a ditadura portuguesa, tomando a decisão sozinhas na sequência das relações abusivas que viviam. No estudo de Manuela Tavares, temos dados científicos sobre a forma como se faziam abortos ilegais e podemos compará-los às representações literárias anteriormente citadas:

Com “agulhas de tricot e de crochet, varetas de guarda-chuva, pés de salsa, penas de pato, arames, talos de couve e galhos de árvore afiados”. (HORTA; METRASS; MEDEIROS, 1975, P.13). Ingeriram substâncias tóxicas - chá, de folha de tabaco, vinho fervido com pregos ferrugentos, mostarda com álcool puro. Recorriam a curiosas, parteiras menos qualificadas, de cujas mãos, não raro, saíam com a saúde arruinada. (TAVARES, 2003, p.15)

Assim, as representações da realização de abortos clandestinos em objetos culturais produzidos por mulheres retrata a realidade social vivida no país e demonstra resistência. Tanto *Novas cartas portuguesas*, *Grades Vivas*, *Ela é apenas mulher*, publicadas ainda durante a ditadura como *Aborto*, feito entre 1997 e 1999 transparecem-se as características transversais da temática dos desmanches ilegais: uma temática atemporal, apresentada em forma de denúncia, abordando a questão da desresponsabilização masculina, da crítica ao papel socialmente imposto às mulheres e deixam transparecer a reivindicação comum das suas criadoras de que o aborto deve ser acessível e seguro para todas as mulheres, em todo o mundo. Isto implica que seja legal e gratuito em qualquer país, uma vez que, como vimos anteriormente, são as mulheres da classe trabalhadora que sofrem com as consequências de leis mais repressivas e conservadoras. No panorama cultural português não foram produzidos só objetos culturais que representavam o comum aborto ilegal que se fazia nas parteiras. Dois anos depois do 25 de Abril, em 1976, Maria Antónia Palla (1933) realizou a reportagem *Aborto não é um crime*, apresentada na televisão nacional em duas partes. Ainda que esta não possa ser considerada uma obra do foro estético ou artístico, a relevância que teve nomeadamente por ter sido transmitida em televisão nacional pública fez com que coubesse neste estudo. Nela, constam dados gerais sobre o aborto, como na altura, fazerem-se em Portugal cem mil abortos por ano, tantos quantos os nascimentos. Isto prova que não seria uma realidade dependente da clandestinidade porque as mulheres que não podiam ou queriam ter mais filhos levavam a sua decisão até às últimas consequências. Neste caso, às últimas consequências seriam as últimas condições miseráveis de realização do aborto, já descritas. A reportagem foca-se, especificamente, numa experiência realizada na área de Lisboa, por um grupo de mulheres e alguns homens que possibilitava a realização de aborto gratuito através da aspiração uterina. O

grupo não considerava a prática como um ato médico e utilizava alguns objetos simples, defendendo que estes conhecimentos deveriam ser transmitidos a todas as pessoas. A par da realização dos abortos, faziam-se consultas sobre contraceção e dava-se acompanhamento psicológico. Os voluntários do projeto defendiam ainda que este problema deveria ser resolvido pelas próprias comunidades envolvidas e afetadas, sendo o estado responsável por fornecer às pessoas as ferramentas necessárias:

Já temos no grupo uma ou duas pessoas que são mulheres que abortaram conosco e que depois ficaram, aprenderam o método e participam do nosso trabalho. Nós pensamos que é desta forma que cada vez um maior número de pessoas fará um trabalho não só em relação ao aborto como também à contraceção. (ZÉ, VOLUNTÁRIO, 1976, mint. 05:00)

Nós temos intenções de nos alargar à província, o mais possível. Através da divisão destes grupos, transmissão dos conhecimentos destes grupos e de forma a que as pessoas da comunidade possam ficar a fazer este trabalho nas próprias comunidades. (VOLUNTÁRIA, 1976, mint: 05:40)

*Aborto não é um crime* foi filmado no âmbito do programa quinzenal *Nome mulher*, realizado por Maria Antónia Palla e Antónia de Sousa, na equipa de Fernando Matos Silva e João Matos Silva. Abordavam diversos temas que afetavam as mulheres e começaram ainda no ano do 25 de Abril, 1974. Nos quarenta minutos de gravações mostrou-se a própria aspiração uterina, conversou-se com os responsáveis e o que viram e ouviram chocou muitos portugueses. Foi instaurado um processo judicial contra Maria Antónia Palla, que gerou bastante solidariedade, situações abordadas mais à frente neste artigo.

Passamos pela apresentação, contextualização, análise formal e expressiva de um conjunto de objetos culturais marcantes para a história da representação do aborto clandestino em Portugal. Só conheceremos o universo completo destas obras quando for abordado o impacto social e político que tiveram, o despontar da repressão e da solidariedade. O entrelaçamento entre realidade e ficção que comportam ajudou a difundir a chocante realidade pela população e plantou em muita gente a semente da revolta que faria crescer organizações e movimentos sociais fortes em defesa dos direitos das mulheres e em oposição ao fascismo e autoritarismo. A luta destas mulheres foi pelos seus direitos, pela legalização do aborto, mas também pela liberdade de expressão, pelo acesso à cultura, pela liberdade e pela abolição da censura. Veremos que isto não foi conseguido imediatamente com o fim da ditadura e a erradicação da PIDE - Polícia internacional e defesa do estado que atuava durante a ditadura.

Muitas das vezes, as mulheres antifascistas sofreram por seus camaradas homens não se preocuparem com a condição feminina e terem inclusive deixado de lado essas questões depois de findo o Estado Novo. Talvez tenha sido por isso que, em Portugal, se demorou até 2007 para ser possível fazer uma interrupção voluntária da gravidez sem punição da lei. Contudo, há que reconhecer que existiram aliados, tanto na área da cultura como na da política, tanto durante a ditadura quanto depois. Por isto, existe nesta investigação espaço para incluir três personalidades cujos trabalhos também foram determinantes para a defesa de condições abortivas. Constituem-se bons exemplos de perspectivas masculinas a favor dos direitos das mulheres ao trabalho *Aborto: Causas*

e *soluções* de Álvaro Cunhal (1997), a música *Aqui dentro de casa* de José Mário Branco (Álbum “Margem de certa maneira”, 1972), e o *sketch Assim não*, na rubrica “Diz que é uma Espécie De Magazine” do grupo chamado Gato fedorento (2007).

Álvaro Cunhal (1913 - 2005) foi político e secretário-geral do Partido Comunista Português ao longo de vários anos, inclusive durante a ditadura salazarista. Em 1940 apresentou publicamente a sua tese para conclusão da licenciatura da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa: *Aborto: Causas e soluções*. Defendida perante escolta policial e a custo de um vasto movimento de solidariedade que se havia formado, já que havia sido preso nesse ano. Obteve 16 valores em 20 apesar dos elementos conservadores e pró-regime que atuavam como júri. Um estudo que revela e analisa as causas históricas, políticas e sociais em torno do aborto, de uma perspetiva marxista e demonstrando conhecimento do panorama deste tema em termos nacionais e internacionais (principalmente europeus) que demonstra “Se todo o aborto é um mal, o aborto clandestino é uma catástrofe.” (Cunhal, 1997, p.74).

José Mário Branco (1942 - 2019) foi um músico português, conhecido pelas suas composições de intervenção como *Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades* (1971) e *FMI* (1982). Em 1972 lançou a canção *Aqui dentro de casa*, que aborda a realidade dos militantes que eram sindicalistas na rua, mas fascistas em casa. Esta música valeu-lhe muitas costas voltadas, mas nem por isso parou de cantar:

Pegas-me na mão e falas do patrão / Que te paga um salário de fome / O teu patrão que te rouba o que come / Falas contigo sozinho para desabafar / Meus olhos parados, mudos e cansados / Não podem ouvir o que dizes / E fico à espera que me socializes / Meus olhos verdes / Boneca privada do teu bem-estar. (BRANCO, 1972, mint.02:19)

Vários anos depois, pouco antes de se fazer o segundo referendo sobre a regulamentação do aborto em Portugal, é o grupo dos Gato fedorento que representam o tema com o *sketch Assim não*. A intervenção de Ricardo Araújo Pereira (1974), humorista, parodiava a posição de Marcelo Rebelo de Sousa, atual presidente da república:

São agora 10 horas do dia 21 de Janeiro de 1987, o que significa que o meu relógio está parado. Arranca hoje o Assim não, um site de minha iniciativa com o apoio de dezenas de jovens. Assim não, porquê? Porque a pergunta que nos é feita no referendo é uma pergunta mentirosa. Uma coisa é a despenalização do aborto, outra coisa é a li-be-ra-li-za-ção do aborto. Concordo com a primeira parte da pergunta, discordo da segunda parte da pergunta. Tenho dúvidas em relação a três vírgulas e sou contra o ponto de interrogação. (...) Despenalização da mulher que aborta, a favor. Li-be-ra-li-za-ção do aborto, contra. Portanto se a pergunta fosse “Concorda com a despenalização da mulher que aborta num sítio todo badalhoco sem condições nenhuma eu votava que sim. Agora, num estabelecimento de saúde autorizado, não. (PEREIRA, Gato fedorento, 2007)

Ricardo Araújo Pereira veio a ser uma das celebridades convidadas pelo “Movimento Jovens pelo sim” a participar na campanha pela despenalização do aborto,

momento em que afirmou publicamente que “Uma mulher que se vê obrigada a fazer um aborto não é criminosa e não deve ir presa”. O *sketch* viralizou e ainda hoje continua a ser apontado como um dos pontos altos da carreira do humorista. Além do mais, diversas foram as notícias e personalidades que apontaram *Assim não* como um contributo que levou os portugueses a votarem pela despenalização do aborto:

Estou convencida de que, após trinta anos de debates inglórios, foi o contributo do Gato Fedorento, na exposição gráfica que Ricardo Araújo Pereira fez do insustentável na posição de Marcelo Rebelo de Sousa sobre a prática do aborto, que decidiu o resultado da última votação da Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez. Foi letal para a causa do "Não" a sátira da desmontagem do paradoxo do Professor. (PINHEIRO, 2008)

O programa dos Gato Fedorento era transmitido na RTP desde 2005 e neste episódio obteve o maior sucesso de sempre, com pouco mais de um milhão e meio de espetadores. Algumas vozes levantaram-se contra o programa e apelaram à tão amada “imparcialidade”:

É que vários críticos, sobretudo na blogosfera, entre aplausos, defenderam que a rábula seria uma forma de os Gato tomarem o partido do “sim” no dito referendo. E, para que a imparcialidade fosse conseguida, sugeriram que o quarteto desse eco da posição contrária. (BRITO, 2007)

A isto, Ricardo Araújo Pereira não pode deixar de pronunciar-se, apresentando a sua posição:

“É estúpido essa exigência de imparcialidade”, já que no humor “é impossível criticar sem partir de um determinado ponto de vista, que neste caso é o “não” para satirizar”, defende o humorista. (...). Mas esta “exigência de imparcialidade” teve o seu primeiro caso com a caricatura de Salazar. “Esperamos que, para a semana, Cunhal seja satirizado”, disseram então as vozes críticas, como se Cunhal fosse o reverso da mesma moeda, recorda. (PEREIRA entrevistado por BRITO, 2007).

O humorista chegou a ir mais além, dizendo, na mesma entrevista, que estes críticos fazem “lembrar os censores da velha guarda, que dizem “sim, sim, têm todo o direito, mas...é preciso fazer o contraditório!”. (PEREIRA, entrevistado por BRITO, 2007).

## **Censura e solidariedade: durante e depois da ditadura.**

A realidade material das mulheres portuguesas que faziam ou pretendiam fazer um aborto só começou a mudar aquando da despenalização em 2007. Contudo, o fim do fascismo e a abolição da PIDE, permitiu que muitas feministas passassem a poder atuar no movimento mais livremente, tentando trazer o debate a público como vimos com a reportagem de Maria Antónia Palla e nas obras de Paula Rego. Durante a ditadura, as próprias instituições estatais abraçavam mulheres que perpetuavam narrativas opressivas:

Em 1944, na Assembleia Nacional, Maria Luísa Vanzeller, dirigente da OMEN – Obra das Mães para a Educação Nacional, referindo que, entre 2473 gestações, mais dum terço das mulheres tinha abortado, reclamava a aplicação do artigo do Código Penal de 1886, que proibia o aborto: “Lutar contra o aborto e os profissionais de tal crime, é lutar pela vitalidade da Pátria e pelo melhor bem-estar da família.” (TAVARES, 2003, p.15)

A célebre “Lição de Salazar” que seria dada nas escolas públicas e aprendida por qualquer português ensinava-nos os três pilares onde a vida deveria assentar: “Deus, pátria e família”. Mais do que durante qualquer movimento feminista no pós 25 de Abril, aquelas mulheres que se atreveram a tocar no tema do aborto ainda durante o Estado Novo foram quem sofreu o grosso da repressão. Foram perseguidas politicamente enquanto autoras e viram suas produções censuradas, proibidas, queimadas.

*Novas cartas portuguesas* foram consideradas escandalosas por todo o seu conteúdo. Mal saiu a público, as autoras foram imediatamente chamadas à esquadra e exigia-se lhes uma caução, que todas acabaram por conseguir pagar, ficando a aguardar julgamento em liberdade. A 19 de Dezembro de 1972 o Jornal *A República* cobre o acontecimento com a notícia “Três escritoras incriminadas por abuso da liberdade de imprensa”:

As escritoras MARIA ISABEL BARRENO, TERESA HORTA e MARIA VELHO DA COSTA e o editor Dtr. Romeu de Melo foram ontem notificados pelo 6º juízo correcional da acusação que contra eles corre por crime de abuso da liberdade de Imprensa, as primeiras como autoras e o último como representante da editora do livro “NOVAS CARTAS PORTUGUESAS”. Entretanto, o Ministério Público propõe que seja atribuída a caução de 20 contos a cada uma das escritoras e 30 contos ao editor.<sup>4</sup>

Desde logo que esta situação gerou bastante revolta. Uma série de intelectuais portugueses escreveram uma carta dirigida a Marcelo Caetano, o dirigente do país no momento, onde exigiam liberdade de expressão. Gerou-se também uma onda internacional de solidariedade e jornais de todo o mundo noticiaram o sucedido. Recortes destas notícias assim como das poucas que conseguiram ser publicadas em jornais portugueses foram adicionados aos processos judiciais de cada uma das autoras. Uma das únicas a sair em jornal nacional dá conta de que a sessão no tribunal se realizará à porta fechada:

O juiz dtr. Alírio Calina Barbosa declarou secreta a audiência do julgamento das autoras e do editor das *Novas cartas portuguesas* que hoje começou no tribunal correcional da Boa Hora.

Em virtude da decisão, foram forçados a abandonar a sala muitas dezenas de assistentes, entre os quais se encontravam representantes da Imprensa nacional.<sup>5</sup>

<sup>4</sup> Esta notícia foi consultada através de cópia do recorte do Jornal “República” anexada no processo da PIDE das escritoras pertencente ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

<sup>5</sup> Esta notícia foi consultada na Torre nacional do Tombo, através do recorte do jornal constante do processo da PIDE das escritoras Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa.

Nos respetivos processos, disponíveis para consulta no arquivo nacional da Torre do Tombo, estão mais documentos que comprovam a perseguição feita às escritoras e a preocupação que a dimensão internacional do caso deu ao governo. Existe uma carta, por exemplo, onde o procurador chega a ponderar a absolvição como forma de limpar a imagem do governo português no estrangeiro. Também correspondência pessoal apreendida transparece o nível de perseguição qual o Estado Novo chegava. Natália Correia e Maria Lamas foram duas das intervenientes no julgamento pela defesa das três Marias e da sua obra (TAVARES, 2007, pp.189-195). O adiamento sucessivo da audiência levou a que as escritoras não chegassem a ser presas por, entretanto, se ter dado o 25 de Abril. A onda de solidariedade internacional contemplou conferências, protestos, manifestações em frente das embaixadas portuguesas em inúmeros países. Gilda Grillo, atriz brasileira, assinou a carta de solidariedade dirigida ao presidente da Comissão pelos Direitos Humanos das Nações Unidas datada de 1 de junho de 1973 (TAVARES, 2007, pp.189-195). Até foi formado o Comitê internacional de apoio às três Marias. Além da perseguição política que as três Marias sofreram que dependia inteiramente dos apetrechos do regime (PIDE e Censura), foram também vítimas de julgamento social. Conta-nos Maria Teresa Horta daquilo porque passou numa noite:

Um ficou ao volante e os outros vieram apanhar-me. Achei que era um assalto. Deitaram-me ao chão, batiam-me com a cabeça no chão e diziam: ‘É para aprenderes a não escreveres como escreves. Um morador achou que eram ladrões e gritou. E eles fugiram. Ninguém sabe quem eram. (TERESA HORTA entrevistada por CÉU E SILVA, 2020).

Quanto à diretora literária de Estúdios Cor, Natália Correia já havia sido perseguida pelo regime, principalmente quando foi constituída arguida de um processo em 1966, por organizar a *Antologia de poesia erótica e satírica*. Já Maria Lamas “foi presa pela PIDE três vezes, entre 1949 e 1962, acabando por se exilar em Paris até 1969” segunda notícia da RTP (Lusa, 2016). Celeste Andrade e Maria Antónia Palla conseguiram passar despercebidas o suficiente aos olhos da censura. Maria Archer foi fortemente perseguida a nível pessoal. Dos seus processos constam inúmeras cartas trocadas com Édgar Rodrigues (1921 - 2009), onde falavam sobre publicações proibidas em Portugal, nomeadamente de teor anarquista. Dos documentos a que temos acesso, podemos concluir que mesmo quando vivia no Brasil os seus passos eram vigiados pela PIDE:

O “Diário da manhã” de 9 de Junho de 1960, cujo recorte se encontra arquivado na Pasta Y, publica um artigo aludindo a uma notícia publicada pela escritora Maria Archer, no “Boletim da Casa de Portugal” do Rio de Janeiro, sobre discriminação racial em Cabo Verde e transcreve a réplica que lhe foi dada pelo Dr. Bento Levi, da cidade da Praia.<sup>6</sup> (Relatório nº1610 – Maria Archer, 1960)

O fim da ditadura portuguesa trouxe inúmeras possibilidades, mas o clima machista dominava a maioria dos espaços políticos, fossem eles de esquerda ou de

<sup>6</sup> Este documento foi consultado na Torre Nacional do Tombo e consta do processo da PIDE referente à escritora Maria Archer como forma de “apresentação”.



direita. Mesmo depois da abolição da PIDE e da censura vimos mulheres a serem julgadas legal e socialmente por aquilo que defendiam, principalmente se fossem a favor do direito da mulher ao corpo e da respetiva decisão acerca da realização de um aborto. Quando Maria Antónia Palla gravou *O aborto não é um crime* foram feridas muitas susceptibilidades e rapidamente houve protestos de oposição à transmissão do programa. Isto culminou na sua suspensão, decretada pelo presidente da RTP da altura, Manuel Pedroso Marques. Por sua vez, a maternidade Alfredo da Costa terá feito uma queixa judicial onde alegava que os protagonistas do projeto a que Antónia Palla deu voz exerciam medicina ilegalmente. Assim, a jornalista foi constituída arguida, acusada de atentado ao pudor e incentivo ao crime. Anos depois, pronunciou-se publicamente, dizendo:

Não é agradável ser julgada. E, eventualmente, condenada a prisão. Mas o meu processo acabou por gerar um grande movimento de solidariedade, impulsionando a luta pela legalização do aborto e contribuindo para a formação de várias plataformas e associações de mulheres que, em Abril de 1979, se juntaram na Campanha Nacional para a Contraceção e Aborto (CNAC). (PALLA, 2017)

A luta pela despenalização do aborto em Portugal foi impulsionada por vários acontecimentos e era já muita a camada populacional que se chocava com os problemas da sua clandestinidade nomeadamente por causa das consequências para as mulheres: fossem as condições a que se submetiam, fossem a morte delas e dos bebés, fossem as suas posteriores criminalizações e condenações. Em 1977 foi entregue uma petição de 5 mil assinaturas na Assembleia da República que exigia a legalização do aborto. Sem resultados, em 1978 Io Apolloni (1945), atriz de origem italiana, foi a primeira mulher a assumir publicamente que tinha feito um aborto:

Fiquei grávida dele, fiz o meu primeiro aborto clandestino e declarei no programa do Joaquim Letria, mais tarde, que tinha praticado o aborto. Aí fui chamada à Judiciária. Diga-se de passagem trataram-me bem, mas houve uma grande onda de solidariedade que terminou com a primeira entrada na Assembleia da República da lei sobre a interrupção voluntária da gravidez. (APOLLONI entrevistada por PINHEIRO, 2020, mint.03:00)

A solidariedade com Io terá gerado a coragem necessária para que exatamente o mesmo grupo que lançara a última petição (CNAC) fizesse um novo abaixo-assinado. Desta vez, chamava-se “Nós abortamos” e contou com mais de duas mil assinantes, todas mulheres que já tinham realizado aborto(s) clandestino(s). Nesse momento também existia a Comissão de Mulheres pela Legalização do Aborto em Defesa da Maternidade Responsável, da qual Maria Antónia Palla, Isabel Barreno e Maria Teresa Horta faziam parte. Foram precisos dez anos de luta intensa para que alguma coisa mudasse. Em 1984, finalmente, a interrupção voluntária da gravidez passou a ser permitida, mas, mesmo assim, em condições muito excepcionais. Não eram criminalizadas mulheres ou médicos que realizassem um aborto para defender a saúde física e psíquica da grávida durante as primeiras 12 semanas de gestação. Também não era se, até ao mesmo limite de tempo, houvesse fortes indícios de que a gravidez resultou de violação. Por fim, o

aborto passou a ser permitido até às 16 semanas nos casos em que existissem motivos seguros para prever que o nascituro virá a sofrer, de forma incurável com uma malformação ou doença grave.

A série *Aborto* de Paula Rego circulou por todo o país com o intuito de consciencializar a população e mudar mentalidades. Apesar da vida de ativista pelos direitos das mulheres levada pela pintora, não encontrei evidências de algum tipo de perseguição social ou política. Ainda assim, a vida da artista foi marcada por inúmeros episódios de violência de gênero os quais o seu filho, Nick Willing, retrata no documentário sobre a mãe, a artista e a mulher que vive em Paula Rego. Quanto à referência relativa à vida e obra de José Mário Branco e Álvaro Cunhal pode afirmar-se que são nomes já badalados, nacional e internacionalmente como figuras incontornáveis da esquerda portuguesa que resistiram e lutaram contra o fascismo, pela liberdade. O primeiro esteve exilado em França durante onze anos (desde 1963) tendo regressado quando se deu o 25 de Abril. O segundo, foi preso inúmeras vezes pela PIDE, interveio historicamente em julgamento, fez frente ao regime e foi a figura mais marcante da causa do Partido Comunista português. Finalmente, Ricardo Araújo Pereira contou em entrevistas das ameaças que recebeu relativamente ao *sketch Assim não*, ainda que possamos dizer que ameaças e perseguições a celebridades portuguesas não têm, na grande maioria, o mesmo carácter que as de âmbito social e político faladas anteriormente:

Aqueles foram os minutos mais perigosos de sempre da minha carreira. Nunca recebi tantas ameaças. (...) Ora aí está. Por carta, por e-mail. A mim, à minha família, às miúdas, informações sobre o colégio onde andavam. Uma coisa bastante assustadora. Esse momento do aborto fez-me reconsiderar o sítio onde vivemos. (PEREIRA entrevistado por RIBEIRO, 2009).

## **A luta pelo direito ao corpo hoje em dia: Conclusão.**

Atualmente temos visto uma onda crescente de apoiantes do feminismo liberal que: “Embora condene a “discriminação” e defenda a “liberdade de escolha”, o feminismo liberal se recusa firmemente a tratar das restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres.” (ARRUZA; BATTACHARYA; FRASER, 2019, p.26). Este feminismo mainstream têm sido o braço do capitalismo e do neoliberalismo, procurando mercantilizar a luta das mulheres, tornando-as num nicho de mercado. Assim, disseminarmos esta corrente do feminismo é perigoso pois não consolida um movimento que luta eficazmente pelas necessidades das mulheres, uma delas pelo aborto livre, gratuito e seguro. A prática do aborto é ainda punida por pena de prisão em muitos países do mundo, extremamente condicionada em outros e, como se isso não fosse suficiente, está a ser ameaçada naqueles em que a extrema-direita têm conseguido ascender. Na maioria dos países da América do Norte, da Europa, da Ásia e de alguns de outras áreas geográficas como o Uruguai e a África do Sul o aborto pode ser realizado, legalmente e por decisão da mulher até um determinado

número de semanas da gravidez. Nos restantes varia entre completamente ilegal (muito raro) e permitido em caso de risco de saúde para a gestante ou/e gravidez resultante de violação ou/e malformação ou doença fetal ou/e fatores socioeconômicos. Quanto aos avanços da extrema-direita e respetivos valores temos fortes exemplos. Em 2017, foi a eleição de Donald Trump como presidente dos EUA. Este que em 2019 foi o primeiro presidente na história do país a participar da Marcha anual pró-vida, seguindo a sua agenda de nomeação de juízos pró-vida e redução do financiamento dos contribuintes para o aborto. Abriu o precedente para que, em 2019, leis anti-aborto conseguissem ir historicamente mais além em pelo menos 8 estados, um momento no qual Paula Rego se pronunciou, dizendo “Parece impossível que estas batalhas tenham de ser travadas outra vez. É grotesco.” como refere o Jornal Público na notícia intitulada “Paula Rego: leis antiaborto são retrocesso perigoso para as mulheres”. Em 2018, foi Jair Bolsonaro o eleito como presidente do Brasil, um homem que também já mostrou não estar disposto a alargar as condições para a interrupção da gravidez que são atualmente semelhantes à lei portuguesa de 1984. Assim, precisamos de um setor social, político e cultural capacitado para lidar com estas inúmeras ameaças aos direitos das mulheres. Um setor que lide com tais ameaças também a partir da produção de objetos culturais com potencial de resistência e de consciencialização da população como aqueles apresentados e analisados neste estudo. Tais objetos que tanto contribuíram para o avanço e consolidação do direito das mulheres ao corpo. Atualmente, em Portugal, a preocupação é com ascensão do Partido CHEGA que conseguiu eleger um deputado para a Assembleia da República nas últimas eleições, em 2019 e que atualmente conta com a maior subida entre as forças políticas do país segundo um artigo do Observador. Nestas sondagens o partido liderado por André Ventura aparece no lugar do quarto mais votado. Um partido que se pauta por uma agenda patriota, anti-imigração e “cristã”, com as implicações dos ideias “pró-vida” que tal agenda acarreta, ainda que não seja o único partido português a opor-se à interrupção voluntária da gravidez. É também necessário prestar atenção a novas formas de censura que possam estar a surgir. Está fresca a polémica em que a RTP2 esteve envolvida por exibir a série *Destemidas* e publicá-la online num espaço dedicado às crianças. *Destemidas* é uma série francesa que conta a história de mulheres internacionalmente relevantes e aborda temas sensíveis. Quando o episódio 19 referente à ativista francesa Thérèse Clerc passou, abordando a sua vida de emancipação através do contacto com o marxismo, da defesa pela interrupção voluntária da gravidez e do transitar de um casamento católico para uma relação homossexual foram apresentadas queixas à Entidade Reguladora para a Comunicação social, ao provedor do telespetador da RTP, Jorge Wemans e até uma queixa-crime que partiu do Partido Nacional Renovador. Inicialmente, Wemans aconselhou a que a série passasse num horário mais apropriado a adolescentes e não a pré-adolescentes dos 10 aos 13 anos, como previsto. Contudo, uma vasta onda de indignação nacional acabou por conseguir que a série continuasse a passar no horário habitual (11h30 e 19h45) e que os episódios se mantivessem todos disponíveis online, desta vez na secção para público indiscriminado da *RTP play* (ALEXANDRE, 2020). Esta atitude não deixou de ser preocupante, com uma televisão pública a ceder às acusações de “atentado à igreja

católica” ou “doutrinação marxista”. Uma cedência maior ou menor por parte de um canal que se quer laico, representante de múltiplas identidades e a transmitir conteúdo de qualidade internacional para um público infantil, jovem e adulto, como é o caso desta premiada série. Ao longo deste artigo atentamos num conjunto de objetos culturais que pelo seu valor artístico e impacto social devem ser enquadrados como parte de um movimento mais vasto. Dão conta de questões políticas contemporâneas que dizem respeito aos direitos das mulheres, à luta pela despenalização do aborto e à abolição da censura. Tomá-los como exemplo, reconhecendo a sua importância, necessidade e valor é agora mais necessário do que nunca. Embora Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa e Maria Teresa Horta sejam escritoras mundialmente conhecidas e premiadas, a re-edição de *Novas Cartas Portuguesas* só foi possível em 2011, graças à investigadora Ana Luísa Amaral. Já *As mulheres do meu país*, de Maria Lamas e *Grades Vivas* de Celeste Andrade tiveram repercussões completamente diferentes e o valor dos exemplares existentes é distinto. No entanto, nenhum está disponível para compra em edição atual e o acesso requer processos mais ou menos demorados de leitura nas bibliotecas públicas. Quer as obras de Maria Antónia Palla quer as de Maria Archer têm o acesso mais facilitado, tanto em compra, compra em segunda mão como consulta. Por sua vez, Paula Rego é uma pintora bastante reconhecida e divulgada. Finalmente, pode dizer-se que este trabalho contribui para um maior conhecimento sobre as representações literárias e artísticas dos abortos clandestinos realizados em Portugal, traçando e denunciando, em linhas gerais as suas características. O estudo dos objetos culturais e das suas representações de uma temática social mostra-nos como existem obras capazes de desempenhar uma função de consciencialização política, educando a população. Com eles, poderemos chegar às tão almejadas mudanças de mentalidade que conseguem ser acordadas por uma experiência estética. Também nos prova a existência de inúmeras mulheres criadoras ao longo da história e de alguns homens preocupados com uma emancipação alargada a todos os grupos sociais. Um trabalho de comparação mais abrangente poderia incluir as representações da mesma realidade social, a dos abortos clandestinos, em outros países onde exista literatura de expressão portuguesa e outras artes, como é o caso do Brasil ou de Moçambique. Apesar de não terem sido incluídos objetos de tal natureza aqui é de referir o reconhecimento deste campo de pesquisa a explorar. Por sua vez, uma metodologia mista, que incluísse além dos dados qualitativos, dados quantitativos, de procurarmos o máximo de objetos culturais que representaram o aborto ao longo de um dado período de tempo iria nos permitir compreender esta realidade numa escala ainda maior. Existe, por fim, a preocupação fundamental qual todas as obras analisadas retratam: uma luta que deve ser transversal a todas as mulheres do mundo, pelo direito aos seus próprios corpos e à possibilidade de realizarem abortos legais, gratuitos e seguros. Uma reivindicação que deve fazer parte de todas as agendas sociais e políticas, organizacionais e culturais que prezam pela defesa dos das mulheres.

## Referências

- ABORTO não é um crime. Maria Antónia Palla. Lisboa: RTP. 1976. Reportagem, 2 partes, 23:42 mint. + 24:16 mint. Disponível em: <<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/o-aborto-nao-e-um-crime-parte-i/>> (parte I) e em <<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/o-aborto-nao-e-um-crime-parte-ii/>> (parte II). Acesso em: 09/2020.
- AMARAL, Ana Luísa. “Breve introdução” in. BARRENO, Maria Isabel; Horta, Maria Teresa; Velho da Costa, Maria. *Novas cartas portuguesas*. Lisboa: D.Quixote. 2017.
- ALEXANDRE, Miguel. “Destemidas” RTP2 volta a disponibilizar episódio que gerou polémica.” Lisboa: Espalha factos. 2020. Disponível em: <<https://espalhafactos.com/2020/06/25/destemidas-rtp2-retira-episodio-aborda-aborto-homossexualidade/>>. Acesso em: 06/2020.
- ANDRADE, Celeste. *Grades Vivas*. Lisboa: Estúdios Cor, 1954.
- ARCHER, Maria. *Ela é apenas mulher*. Lisboa: parceria. 1944.
- Associação planeamento familiar. “Aborto e interrupção da Gravidez”. Disponível em: <<http://www.apf.pt/aborto-e-interruptao-da-gravidez>>. Acesso em: 12/2019.
- ARRUZA, Cinzia; Battacharya, Tithi; Fraser, Nancy. *Feminismo para os 99% um manifesto*. São Paulo: Boitempo. 2019.
- ASSIM não. Gato fedorento (José Diogo Quintela, Miguel Góis, Ricardo Araújo Pereira, Tiago Dores). RTP. Lisboa. 2007. 1:55 mint.
- BARRENO, Maria Isabel; Horta, Maria Teresa. Velho da Costa, Maria. *Novas Cartas Portuguesas*. Lisboa: D.Quixote. 2017.
- BRANCO, José Mário. Aqui dentro de casa. Lisboa: Sasseti – Guilda da música: 1972. Vinil. 5:51 mint. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Cy4kLGamw2E>>. Acesso em: 09/2020.
- BRITO, Paulo. “Gatos alcançam seu melhor resultado de sempre”. Lisboa: Diário de notícias. 2007. Disponível em <<https://www.dn.pt/dossiers/tv-e-media/gato-fedorento/noticias/gatos-alcancam-o-seu-melhor-resultado-de-sempre-1036295.html>>. Acesso em: 02/2020.
- CABRAL, Paula e Rodrigues, Sónia. “O sexual e o político na obra de Paula Rego.” Disponível em: <[https://www.academia.edu/11151891/O\\_sexual\\_e\\_o\\_pol%C3%ADtico\\_na\\_obra\\_de\\_Paula\\_Rego](https://www.academia.edu/11151891/O_sexual_e_o_pol%C3%ADtico_na_obra_de_Paula_Rego)>. Acesso em: 12/2019.
- CANELAS, Lucinda. “Paula Rego: As histórias que ela nunca contou”. Londres: Público. 2017. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2017/03/31/culturaipsilon/noticia/historias-que-a-minha-mae-nunca-me-contou-1766818>>. Acesso em: 09/2020.
- CANTANHEDE, Nádia. “Novas Cartas Portuguesas: O que podem as palavras?” . Lisboa: A comuna. 2012. Disponível em: <<http://www.acomuna.net/index.php/contracorrente/3644-novas-cartas-portuguesas-o-que-podem-as-palavras>>. Acesso em: 12/2019.
- CÉU E SILVA, João. “Feministas contra os homens é conversa para desmoralizar”. Lisboa: Diário de notícias. 2020. Disponível em: <<https://www.dn.pt/cultura/essa-historia-de-que-as-feministas-sao-contras-os-homens-e-conversa-para-desmoralizar-11223123.html>>. Acesso em 06/2020.

- CORREIA, Sónia. “Dessacralizando os pastéis do aborto de Paula Rego”. São Paulo: Sexuality, Policy and Watch. 2016. Disponível em <<https://sxpoltics.org/ptbr/dessacralizando-o-aborto-as-pinturas-de-paularego/6603>>. Acesso em 12/2019.
- “ENTREVISTA a Io Apolloni”. Júlia Pinheiro. Lisboa: SIC. 2020. 08:06 mints. Disponível em: <<https://sic.pt/Programas/julia/videos/2020-05-11-Io-Appolloni-record-a-relacao-com-Camilo-de-Oliveira-Fiquei-gravida-dele-e-fiz-o-primeiro-aborto-clandestino>>. Acesso em: 09/2020.
- CUNHAL, Álvaro. *O aborto: causas e soluções*. Porto: Campo de letras. 1997.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora elefante. 2004.
- GASTÃO, Ana Marques. “Aborto talvez antes da anunciação”. Lisboa: Diário de notícias. 2008. Disponível em: <<https://www.dn.pt/dossiers/artes/paula-rego/entrevistas/aborto-talvez-antes-da-anunciacao-1053473.html>>. Acesso em: 09/2020.
- GROSGOUEL, Ramón. *Racismo Epistêmico, Islamofobia Epistêmica E Ciências Sociais Coloniais*. Bogotá: Tabula Rasa. 2011, N.14
- HORTA, Maria Teresa; Metrass, Célia; Medeiros, Helena de Sá. *Aborto, direito ao nosso corpo*. Lisboa: Editorial Futura. 1975.
- LAMAS, Maria. *As mulheres do meu país*. Lisboa: Caminho. 2002.
- LUSA. “Maria Lamas, a escritora-jornalista, que lutava pelos direitos das mulheres”. Lisboa: RTP. 2016. Disponível em: <[https://www.rtp.pt/noticias/cultura/maria-lamas-a-escritora-jornalista-que-lutava-pelos-direitos-das-mulheres\\_n967620](https://www.rtp.pt/noticias/cultura/maria-lamas-a-escritora-jornalista-que-lutava-pelos-direitos-das-mulheres_n967620)>. Acesso em: 09/2020.
- LUSA. “Paula Rego considera que leis anti-aborto são “retrocesso perigoso” para as mulheres”. Lisboa: TSF. 2019. Disponível em <<https://www.tsf.pt/lusa/paula-rego-considera-que-leis-antiaborto-sao-retrocesso-perigoso-para-as-mulheres-10963244.html>>. Acesso em: 04/2020.
- MULHERES de Abril. “Testemunho de Maria Antónia Palla”. 2017. Disponível em: <<https://www.esquerda.net/artigo/mulheres-de-abril-testemunho-de-maria-antonia-palla/48964>>. Acesso em: 11/2019.
- NEVES, Susana. “Paula Rego”. 2010. Disponível em: <[https://gulbenkian.pt/museu/works\\_cam/stitulo-n-o-6-142806/](https://gulbenkian.pt/museu/works_cam/stitulo-n-o-6-142806/)>. Acesso em: 12/2019.
- Observador. “ERC recebe queixas sobre série animada da RTP2 que falou sobre aborto, homossexualidade e feminismo.” Lisboa: Observador. 2020. Disponível em: <[https://observador.pt/2020/06/25/erc-recebe-queixas-sobre-serie-animada-da-rtp2-que-falou-sobre-aborto-homossexualidade-e-feminismo/?fbclid=IwAR2TU1B4nxBTZ1P1lyo5zWY87Eqcdm7erRI7KA2WOV22QB6j7pcftKk\\_tG0](https://observador.pt/2020/06/25/erc-recebe-queixas-sobre-serie-animada-da-rtp2-que-falou-sobre-aborto-homossexualidade-e-feminismo/?fbclid=IwAR2TU1B4nxBTZ1P1lyo5zWY87Eqcdm7erRI7KA2WOV22QB6j7pcftKk_tG0)>. Acesso em: 05/2020.
- PANOFSKY, Erwin. *Meaning in the visual arts*. Nova Iorque: Doublday Anchor Books. 1955.
- “Paula Rego: leis antiaborto são retrocesso perigoso para as mulheres”. Lisboa: Público e Lusa. 2019. Disponível em:

<<https://www.publico.pt/2019/05/31/culturaipsilon/noticia/paula-rego-considera-leis-antiaborto-sao-retrocesso-perigoso-mulheres-1874940>>. Acesso em 09/2020.

PAULA Rego, histórias e segredos. Nick Willing. Lisboa: Midas filmes. 2017. 92 mints.

PINHEIRO, Paula Moura. “Explica-me como se eu tivesse cinco anos”. Lisboa: Expresso. 2008. Disponível em <[https://expresso.pt/opiniaio/opiniaio\\_quem\\_tv/explica-me-como-se-eu-tivesse-cinco-anos=f307464](https://expresso.pt/opiniaio/opiniaio_quem_tv/explica-me-como-se-eu-tivesse-cinco-anos=f307464)>. Acesso em: 01/2020.

PIMENTEL, Irene. 1999. “A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40”. Lisboa: Análise Social, vol. XXXIV (p.477-508). 1999.

REGO, Paula. *Sem título*. Série de oito pinturas a pastéis de óleo e de oito gravuras em água-forte. 1997-2000.

RIBEIRO, Anabela Mota. “Entrevista a Ricardo Araújo Pereira”. Lisboa: Jornal de negócios. 2009.

“TRÊS escritoras incriminadas por abuso da liberdade de imprensa.” Lisboa: A República. 1972.

VIEIRA, Ricardo. “Nick Willing: “A Ericeira é a memória mais forte que Paula Rego retém da sua vida”. Ericeira: Azul. 2017. Disponível em: <<http://www.ericeiramag.pt/nick-willing-a-ericeira-e-a-memoria-mais-forte-que-paula-rego-retem-da-sua-vida/>>. Acesso em: 09/2020.

TABORDA, Ana. “Os amores de perdição de Paula Rego”. Lisboa: Sábado. 2019. Disponível em: <<https://www.sabado.pt/vida/detalhe/o-estranho-amor-de-paula-rego-e-vic>>. Acesso em: 09/2020.

TAVARES, Manuela. *Aborto e contraceção em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte. 2003.

TAVARES, Manuela. *Feminismos em Portugal (1947-2007)*. Tese de doutoramento em Estudos sobre as mulheres. Apresentada à Universidade Aberta em 2008.

Documentos históricos consultados no Arquivo nacional da Torre do Tombo referentes à PIDE - Polícia internacional de defesa do estado

Relatório nº1610 sobre “Roteiro do mundo português”: Secretariado Nacional de Informação, Censura, cx. 573, mct. 1 - Maria Archer

Maria Teresa Horta, documentos de cota: PIDE SC BOL 639960 NT 8412; PIDE SC SR 2702/60 NT 3036; PIDE SC CI(2) 339 NT 6994; PIDE SC E/GT 4213 NT 1503

Maria Isabel Barreno, documentos de cota: PIDE SC CI(2) 19599 NT 7841

Maria Velho da Costa, documentos de cota: PIDE DEL C PI 45663 NT 4967; PIDE DEL P PI 27252 NT 4967

**Recebido em:** 30/06/2020

**Aceito em:** 30/06/2020

**Referência eletrônica:** PEDRO, Raquel. Representações culturais do aborto clandestino em Portugal: uma análise comparada. *Criação & Crítica*, n. 27, p., nov. 2020. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/criacaoecritica>>. Acesso em: dd mmm. aaaa.